

Na análise de processos da Secretaria Municipal de Finanças, verificou-se que não foi utilizada a conta 6.3.1.2.0.00.00 – RP Não Processados em Liquidação.

Por se tratar de Restos a Pagar Exigível, deveria ser utilizada a conta Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, conforme disposto no PCASP 2016 e no MCASP 6ª edição, Parte II, subitem 2.3.5.2.

## 5 - GESTÃO FINANCEIRA

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

De acordo com a Auditoria, o fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo em R\$ 3 bilhões em 2016. Entre os ingressos, ressalta-se o recebimento das receitas relativas ao IPTU e ISS (R\$ 19,5 bilhões) e, entre os desembolsos, o pagamento com pessoal (R\$ 11,7 bilhões).

Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento apresentaram resultado negativo de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente, indicando a ocorrência de gastos com aquisição de ativos (investimentos) e redução de passivos representativos de dívidas fundadas.

PMSP – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2016 R\$ mil		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>	<b>2.974.481</b>	<b>6.440.924</b>
<b>Ingressos</b>	<b>90.172.391</b>	<b>90.987.382</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>28.986.825</b>	<b>30.178.436</b>
Receita Tributária	23.375.268	22.328.441
Receita de Contribuições	535.964	313.473
Receita Patrimonial	1.383.715	2.218.641
Receita de Serviços	382.229	426.240
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.309.648	4.891.642
<b>Transferências Recebidas</b>	<b>13.594.026</b>	<b>13.272.078</b>
Intergovernamentais	10.079.532	9.856.503
Da União	2.637.392	2.398.527
De Estados e Distrito Federal	7.442.141	7.457.976
Intragovernamentais	28.660	16.618
Outras Transferências Recebidas	3.485.834	3.398.957
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>47.591.540</b>	<b>47.536.868</b>
Outros Ingressos Operacionais	47.591.540	47.536.868
<b>Desembolsos</b>	<b>87.197.910</b>	<b>84.546.459</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>31.194.714</b>	<b>27.808.565</b>
Judiciária	198.889	192.360
Administração	694.793	702.676
Defesa Nacional	323	431
Segurança Pública	510.249	444.177
Relações Exteriores	546	25
Assistência Social	1.183.198	1.112.007
Previdência Social	2.270.179	2.101.734
Saúde	7.733.225	6.833.045
Trabalho	91.132	110.566
Educação	10.068.318	9.239.248
Cultura	446.799	327.310
Direitos da Cidadania	94.012	83.003
Urbanismo	1.733.038	1.537.082
Habitação	248.232	202.608
Saneamento	177.918	164.461
Gestão Ambiental	243.643	238.524
Comércio e Serviços	2.530	3.284
Comunicações	125.508	141.464
Transporte	4.006.163	3.312.513
Desporto e Lazer	213.568	191.263
Encargos Especiais	1.152.452	870.785
<b>Juros e Encargos Da Dívida</b>	<b>1.149.618</b>	<b>1.577.543</b>
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	1.123.730	1.557.667

Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	20.230	15.143
Outros Encargos da Dívida	5.658	4.733
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>8.575.126</b>	<b>7.682.675</b>
Intragovernamentais	8.575.126	7.682.675
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>46.278.452</b>	<b>47.477.675</b>
Outros Desembolsos Operacionais	46.278.452	47.477.675
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)</b>	<b>(2.798.792)</b>	<b>(2.611.284)</b>
<b>Ingressos</b>	<b>456.836</b>	<b>631.494</b>
Alienação de Bens	9.163	80.752
Outros Ingressos de Investimento	447.673	550.742
<b>Desembolsos</b>	<b>3.255.628</b>	<b>3.242.778</b>
Outros Desembolsos de Investimentos	3.255.628	3.242.778
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)</b>	<b>(1.081.976)</b>	<b>(1.037.685)</b>
<b>Ingressos</b>	<b>876.108</b>	<b>622.551</b>
Operações de Crédito	69.311	19.286
Transferências de Capital Recebidas	806.797	603.265
<b>Desembolsos</b>	<b>1.958.084</b>	<b>1.660.236</b>
Outros Desembolsos de Financiamentos	1.958.084	1.660.236
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)</b>	<b>(906.287)</b>	<b>2.791.955</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	5.803.071	6.243.778
Caixa e Equivalente de Caixa Final	4.896.785	9.035.733

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.85/86

Nas atividades de investimento, o pagamento de R\$ 3,3 bilhões foi decorrente, sobretudo, de obras e instalações em escolas, hospitais, pavimentação de ruas, sistema viário, corredores de ônibus e canalização de córregos, dentre outras.

A Auditoria aponta que, em relação às atividades de financiamento, a amortização do principal da Dívida (R\$ 2 bilhões) foi evidenciada incorretamente na DFC como "Outros Desembolsos de Financiamentos". Para aprimorar a qualidade da informação contábil e a transparência, a amortização da dívida deve ser registrada na linha "Amortização/Refinanciamento da Dívida" da DFC.

O resultado global foi negativo em R\$ 906,3 milhões, motivado pelos fluxos de caixa das atividades de financiamento e investimento.

A Auditoria ainda destaca que: a contabilização de eventos não financeiros inflaram indevidamente os saldos dos grupos "Outros Ingressos" e "Outros Desembolsos", em desconformidade com o subitem 6.5 do MCASP 6ª edição, prejudicando a análise da DFC; e, no fluxo das atividades operacionais, investimentos e financiamentos da DFC, o saldo do grupo de contas "Outros" ultrapassou 10% do total de cada grupo, em desacordo com o estabelecido no MCASP e na NBCT (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público).

Já o apontamento relativo à elaboração apenas do quadro principal da DFC de 2016, em desatendimento ao disposto no subitem 6.1 do MCASP 6ª edição foi retificado pela Auditoria tendo em vista que a DFC constante do Balanço Geral de 2016 apresentado ao TCM engloba o referido detalhamento.

### CAIXA

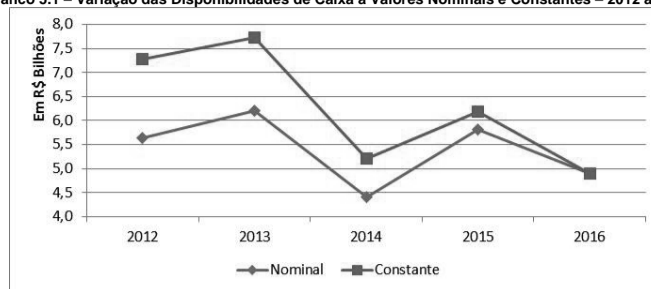
Segundo a Auditoria, em 2016, o consumo de caixa promoveu uma redução de 15,6% nas disponibilidades financeiras da PMSP. O saldo, ao término do exercício, foi de R\$ 4,9 bilhões.

Quadro 5.1 - Evolução do Caixa – 2016 Em R\$ mil		
Descrição	Valores	%
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.15	5.803.071	100,0
Consumo de Caixa em 2016	(906.287)	-15,6
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.16	4.896.785	84,4

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.88

O saldo do Caixa em dezembro de 2016 ficou, em valores constantes, próximo ao saldo de 2014, retomando a tendência de redução, após o incremento em 2015.

Gráfico 5.1 – Variação das Disponibilidades de Caixa a Valores Nominais e Constantes – 2012 a 2016



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.89

Ainda de acordo com a Auditoria, as disponibilidades financeiras da Prefeitura (R\$ 4,9 bilhões) em 31.12.16 eram suficientes para saldar as obrigações de curto prazo (R\$ 1,9 bilhão). Se todas essas obrigações fossem pagas, restaria um saldo de R\$ 3 bilhões, sem a distinção entre recursos próprios e vinculados.

O excedente de disponibilidade em 2016 foi reduzido em cerca de R\$ 561,3 milhões na comparação com o do ano anterior.

A Auditoria ressalta a ocorrência de pagamentos desprovidos de execução orçamentária, registrados na conta contábil "Débitos Pagos a Regularizar", que alcançou o montante de R\$ 40,8 milhões em 31.12.16.

Além disso, segundo a Auditoria, a restituição do saldo de convênio realizada em exercício em que não houve recebimento da respectiva transferência voluntária deveria ser contabilizada como despesa orçamentária, restando, portanto, caracterizada a realização de despesa sem empenho prévio, em descumprimento ao artigo 60 da Lei Federal nº 4.320/64.

### RESULTADO FINANCEIRO

O Superávit Financeiro da Prefeitura, em 2016, seria R\$ 3,5 bilhões. Mas, de acordo com a Auditoria, do valor do Superávit Financeiro, precisam ser subtraídos R\$ 340,2 milhões, referentes a saídas bancárias com pendência de regularização orçamentária, bem como ajustes no Passivo Financeiro e no Ativo Financeiro. Assim, após a revisão do cálculo, o resultado do Superávit Financeiro resultou em R\$ 3,0 bilhões, constituindo o limite para a abertura de créditos adicionais em 2017 por superávit.

Quadro 5.7 – Superávit Financeiro Calculado pelo TCMSP Em R\$ mil	
<b>Superávit Financeiro da Prefeitura</b>	<b>3.547.257</b>
<b>Exclusões Apuradas pelo TCMSP</b>	<b>(505.626)</b>
Pagamentos com pendência de regularização orçamentária	(340.243)
Reclassificação da Nota Fiscal Paulista para Passivo Financeiro	(152.090)
Pendências a serem regularizadas na conta Caixa	(13.293)
<b>Superávit Financeiro Efetivo</b>	<b>3.041.631</b>

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2016 fls.94

A Auditoria aponta que não é possível aferir a composição do superávit por fontes de recursos apresentada no Quadro do Superávit/Déficit Financeiro através do confronto entre os Ativos e Passivos Financeiros que integram o Balanço Patrimonial, uma vez que não há o detalhamento, por fonte, de tais elementos patrimoniais. É necessária a

evidenciação por fontes de recursos, para assegurar maior transparência na apuração, de acordo com as destinações legais.

A maior parte dos recursos financeiros está concentrada na fonte 08 – Tesouro Municipal Vinculado, no montante de R\$ 2,1 bilhões. De quase 80% deste valor está vinculado ao pagamento de despesas específicas com as Operações Urbanas.

Segundo a Auditoria, ao final de 2016, as disponibilidades livres da Prefeitura eram suficientes para saldar as obrigações de curto prazo. Se todas essas obrigações fossem pagas, a sobra efetiva do Tesouro seria um saldo de R\$ 728,3 milhões. Considerando a prática atualmente adotada pela PMSP de recolher todo o passivo oriundo de movimentações extraorçamentárias com recursos do Tesouro, a sobra de Caixa efetiva livre passaria a ser R\$ 231,9 milhões.

O pagamento da despesa orçamentária deve ser registrado na mesma fonte de recurso correspondente à execução financeira, evitando a fragilização dos controles inerentes à codificação de fontes.

A Auditoria ainda ressalta que foi constituído em 05.07.16 um Grupo de Trabalho na Secretaria Municipal de Finanças para desenvolver estudos sobre a forma de apresentação das demonstrações e relatórios contábeis por fonte e destinação de recursos (Portaria SF nº 157/16). O grupo concluiu pela necessidade de alteração das fontes atuais, com a inclusão das vinculações da STN e especificidades do Município (fundos e operações urbanas, por exemplo). Segundo o Decon, para ocorrer esta mudança, será necessária a implementação da sistemática de contas correntes no SOF.

### DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS

Dos R\$ 315,7 milhões desvinculados em 2016, foram efetivamente transferidos R\$ 306,4 milhões das contas bancárias vinculadas para as contas bancárias livres, segundo a Auditoria.

Das desvinculações efetuadas pela PMSP, destacam-se as relativas aos rendimentos financeiros decorrentes de aplicações de recursos de receitas de capital das Operações Urbanas Faria Lima, Centro, Água Espraiada e do Fundo Especial Operação Urbana Água Branca, bem como das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico-Cide e seus respectivos rendimentos.

Inicialmente, a Auditoria aponta infringências nessas desvinculações e propõe determinação para ressarcimento desses valores. No entanto, após manifestação da Origem no TC nº 72.007.771.16-40, que acompanha o Balanço da Prefeitura (TC nº 72.001.517.17-74), a Auditoria propõe a criação de um Grupo de Estudos Técnicos para aprofundar os estudos acerca da desvinculação dos recursos provenientes dos rendimentos das aplicações financeiras das Operações Urbanas, com fulcro no Decreto Municipal nº 57.380/16 e Emenda Constitucional nº 93/16, com a participação de servidores da Subsecretaria de Fiscalização e Controle e da Assessoria Jurídica de Controle Externo. Consequentemente, a Auditoria retira a Infringência 20.5.3 e a Proposta de Determinação 20.5.12, em relação às Operações Urbanas. Em relação à CIDE a Origem informa a intenção do Município de não mais transferir os recursos desvinculados, mantendo a utilização específica do recurso, assim como informa a intenção de providenciar a revogação do inciso III do artigo 1º do Decreto Municipal nº 57.380 de 2016.